



1290000747



IE

TCC/UNICAMP G436d

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA



MONOGRAFIA

*Desenvolvimento e Transformações na Economia Mundial
segundo Celso Furtado*

Gastão Giometi

RA 921494

UNICAMP

Orientador: Prof. Plínio S. de Arruda Sampaio Júnior

TCC/UNICAMP
G436d
IE/747

Dez./1995

GEDOC/IE

APRESENTAÇÃO

Esta monografia pretende analisar o campo de oportunidades da economia brasileira tendo como base as mudanças estruturais na economia mundial. Para tal, utilizou-se do modelo de análise de Celso Furtado.

Deve-se ressaltar que ficou esta dividida em três partes: sendo a primeira a análise do modelo de desenvolvimento do autor; uma segunda onde foram estudadas as mudanças estruturais do capitalismo mundial e a correspondente mudança do campo de oportunidades da economia brasileira; e uma terceira na qual indaga-se sobre a possível desarticulação do nosso sistema econômico.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer o Professor Plínio S. de Arruda Sampaio Júnior pelo incentivo e acompanhamento durante o desenvolvimento desta monografia.

Agradeço também aos meus pais e meu irmão pelo apoio e compreensão.

ÍNDICE

Parte 1

1.1 Introdução.	Página 4
1.2 Conceitos.	Página 5.
1.3 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.	Página 9.

Parte 2

2.1.- Introdução.	Página 15.
2.2.- Padrão de Difusão do Progresso Técnico.	Página 16.
2.3.- Organização Econômica Internacional.	Página 18.
2.4.- Transnacionalização.	Página 23.
2.5.- O Brasil e as Mudanças Estruturais.	Página 26.
2.6.- Difusão do Progresso Técnico no Brasil.	Página 28.
2.7.- Crise da Dívida e a Perda de Governabilidade.	Página 29.
2.8.- Transnacionais no Brasil.	Página 31.

Parte 3

3.1.- Perda de Autonomia dos Estados Nacionais.	Página 33.
3.2.- Keynesianos X Neoliberais.	Página 35.
3.3.- Neoliberalismo na América-Latina.	Página 36.
3.4.- Desarticulação do Sistema Econômico Nacional.	Página 38.
3.5.- Conclusão.	Página 40.

PARTE 1

Introdução

A questão do desenvolvimento está vinculada ao processo evolutivo do homem. Dotado de inteligência, o homem pode intervir na natureza, modificando-a, ou buscar um dispêndio de esforço menor na produção, seja aperfeiçoando os métodos de trabalho, seja utilizando as invenções que sua mente criadora é capaz de engendrar.

O estudo do desenvolvimento se confunde, portanto, com a análise das invenções com as quais o homem modificou o seu "habitat" e pode maximizar as suas próprias potencialidades e as da natureza. Com o surgimento da civilização industrial, o processo criativo humano volta-se, prioritariamente, para a produção de tecnologia, o que vai servir à acumulação capitalista.

Assim, as inovações introduzidas a nível de processo técnico fomentam a acumulação de capital, geram modificações sociais e imprimem uma dinâmica característica ao sistema capitalista.

Conceitos

Torna-se importante, a esta altura, apresentar os conceitos que Celso Furtado alinha na concepção da teoria do desenvolvimento, baseada no homem como o responsável pelo desencadeamento das transformações do sistema produtivo. São eles, fundamentalmente, o excedente, a acumulação e o progresso técnico.

Em síntese, **excedente** pode ser definido como todos os recursos que sobrepujam o custo de reprodução da população representada pelos trabalhadores não especializados, isto é, “o setor da população economicamente ativa que menos se beneficiou da acumulação diretamente destinada a aperfeiçoar o fator humano”.¹

Fica explícita a existência de um excedente, quando se observa a diversificação de consumo dentro de uma sociedade, de acordo com a classe social do consumidor. Contudo, a formação do excedente não ocorre espontaneamente; depende da existência de um sistema de poder que define a forma de sua apropriação. Segundo Celso Furtado, “poder é a capacidade que

¹ **Furtado, Celso.** Prefácio a Nova Economia Política - Editora Paz e Terra- segunda edição . Página 19

tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ ou dele apropriar-se".²

O excedente não se transforma integralmente em acumulação de capital. Parte dele é gasto pelos grupos sociais privilegiados, em produtos aos quais não tem acesso a massa da população, deixando de se constituir em acumulação de capital.

Do remanescente do excedente, ou seja, deduzida a parcela aplicada em consumo pelas classes privilegiadas, a acumulação se concretiza, finalmente, de duas maneiras:

1. Pelo aumento da capacidade produtiva, através da aquisição de equipamentos e especialização humana para operá-los;

2. Pelas aplicações de fins sociais, como a infra-estrutura urbana, o embelezamento das cidades, a construção de áreas de lazer e o desenvolvimento da capacidade humana, sem vínculo com as atividades produtivas.

² Furtado, Celso. -. Prefácio a Nova Economia Política - Editora Paz e Terra - segunda edição . Página 29.

Deve-se ressaltar, ainda, que o excedente, quando utilizado no aumento da capacidade produtiva, irá desencadear a formação de novo excedente no futuro. Então, somente uma fração do excedente se materializa efetivamente em acumulação, uma vez que representa uma renúncia ao consumo no presente.

Porém, o uso continuado da acumulação presente, como forma de potencializar a acumulação futura, dentro de um quadro inalterado de progresso técnico, tenderá à saturação da própria formação de capital. Logo, o progresso técnico viabiliza o processo de acumulação, tornando possível a sua manutenção.

O conceito de **progresso técnico** está ligado, portanto, à transformação, à superação de uma fase histórica, pela introdução de um novo produto ou pela aplicação de um novo método produtivo.

No entender de Celso Furtado, o progresso técnico traz implícita a idéia de aumento de produtividade, o que significa aumento também da renda acumulada e possibilidade de aquisição de novas técnicas. Por conseguinte, deriva do conceito exposto a possibilidade de reprodução da sociedade capitalista, numa situação de profundas modificações nas estruturas sociais

Tais modificações podem ter efeitos contrastantes - ou geram crescentes desigualdades ou possibilitam a sua diminuição pelo processo de homogeneização social, entendida como a satisfação pelos membros da

sociedade de formas apropriadas de alimentação, vestuário, acesso à educação e ao lazer, assim como a um mínimo de bens culturais.

O excedente, a acumulação e o progresso técnico, reunidos, é que permitem a formulação da teoria do desenvolvimento. O excedente, isoladamente, não é o elemento indutor do desenvolvimento.

A parcela que se torna acumulação e que incrementa o sistema produtivo, por si mesma, também não o é. Porém, quando o progresso técnico é acoplado à acumulação, desencadeia-se, observadas certas condições históricas, o processo desenvolvimentista.

A finalidade do desenvolvimento, pelo que se depreende do exposto, não se justifica apenas pelo seu lado material - erigir monumentos, produzir bens e colocar à disposição do homem uma infinidade de produtos que facilitam a vida, tão-somente. Pressupõe, na verdade, a evolução do próprio homem, propiciando-lhe condições de desenvolver todo o potencial de que é dotado, com vista a sua realização plena, em todos os campos da atividade humana.

Portanto, tendo como fim o homem, na definição de Celso Furtado, "as teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade

conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social”.³

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

No mundo atual, constata-se que alguns países alcançaram o desenvolvimento, enquanto outros, a maioria, não lograram atingi-lo, não obstante uma cesta de produtos altamente sofisticados estejam à disposição das classes mais favorecidas.

A renda estimuladora do consumo e/ou geradora do desenvolvimento das forças produtivas pode ser aumentada em função de três fatores, que podem atuar conjuntamente, ainda que não necessariamente:

1. Acumulação de capital e adoção de processos produtivos mais eficientes;
2. Exploração de recursos naturais não renováveis;
3. A realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho.⁴

³ **Furtado, Celso.** Brasil : a Construção Interrompida - Editora Paz e Terra - segunda edição . Página 39

Em determinada fase histórica, a Inglaterra logrou transformar seu capitalismo comercial em industrial. Neste processo, os fatores de produção tornaram-se objeto de transformações marcantes, notadamente o da mão-de-obra, ensejando forte acumulação dentro do sistema, estabelecendo estruturas diversificadas, com a eliminação das corporações de ofício, dos artesãos e de outros segmentos que também tomavam parte na apropriação do excedente.

Ascende ao poder a burguesia, apropriando-se do excedente formado no interior do processo produtivo.

Em outros países, de capitalismo retardatário, o Estado fez uso do protecionismo estabelecendo as condições necessárias à formação do sistema industrial. É o caso da Alemanha, Japão, Estados Unidos, Bélgica e Itália.

Os demais países que não se aproveitaram do momento histórico, para a implantação de um parque industrial avançado, tiveram sua inserção no mercado internacional como exportadores de produtos primários (minérios, produtos agrícolas, etc.).

Enquanto nos países que se desenvolveram a acumulação permite seja atingido um determinado nível de progresso técnico, nos países que mantiveram

seu sistema produtivo baseado em produtos primários não ocorreu a adoção de novas técnicas.

A difusão das técnicas mais avançadas dá-se, nestas países, através da importação de produtos. Produtos importados significam um estilo de vida acessível somente ao segmento beneficiado da população, que se apropria do excedente gerado no comércio exterior, advindo da exportação da produção definida no sistema de divisão internacional do trabalho.

Como ressaltado anteriormente, a difusão do processo técnico, por intermédio da modernização dos padrões de consumo, não resulta na transformação do excedente em acumulação de capital.

Desta forma, **modernização** é uma “forma de assimilação do progresso técnico quase exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no que respeita à transformação do sistema de produção”.⁵

Advindo a dificuldade de importação, em decorrência de crises no mercado internacional provocadas por guerras e depressões econômicas, como a de 1929, criam-se condições para a instalação de indústrias que fabricam internamente os produtos anteriormente importados.

⁵ Furtado, Celso. - Brasil: a Construção Interrompida - Editora Paz e Terra - segunda edição . Página 41.

Num primeiro momento, dada a simplicidade das indústrias que se instalam, a substituição de importações não requer grandes investimentos em capital, além de ser pouco exigente em tecnologia.

Aprofundando-se o processo, a necessidade de capital aumenta, o que gera a demanda por maior acumulação.

Ocorre, então, um confronto entre a necessidade de acumulação e o processo de modernização, isto é, o consumo de produtos sofisticados pelas classes privilegiadas.

Por outro lado, as novas técnicas oriundas das nações mais desenvolvidas, que são difundidas, poupam mão-de-obra, mantendo, assim, a elasticidade de sua oferta.

Verifica-se, então, que a introdução de técnicas concebidas para condições econômicas diversas, na realidade, possibilita e reforça a tendência histórica de concentração de renda, já verificada em fases anteriores da industrialização substitutiva.

Nota-se que a industrialização por substituição de importações, mesmo onde permitiu um forte e prolongado aumento de produtividade, não contribuiu para a diminuição das desigualdades sociais.

Portanto, o quadro exposto, corresponde às condições em que ocorre o subdesenvolvimento, considerado “um caso especial onde os aumentos de

produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social".⁶

Não se deve esquecer , ainda, como Raul Prebisch salientou, que o subdesenvolvimento é fruto de uma difusão irregular do progresso técnico produzido pelo capitalismo industrial.

⁶ **Furtado Ceiso.** - Brasil: a Construção Interrompida - Editora Paz e Terra - segunda edição . Página 39.

PARTE 2

Introdução

As economias latino-americanas alcançaram elevadas taxas de crescimento, no período entre o pós-guerra até meados da década de 70, sugerindo que poderiam realizar plenamente o processo de construção de um sistema econômico nacional.

Este ensaio tem como objetivo analisar como as mudanças estruturais ocorridas no capitalismo mundial, entre as quais as inovações tecnológicas, o excesso de liquidez que levaria os países tomadores de empréstimos à crise da dívida externa e a globalização da produção, interromperam o processo.

Padrão de Difusão do Progresso Técnico

Considerando-se dialético o processo de difusão e inovação das técnicas, pode-se demarcar com clareza um período de propagação da tecnologia conhecida, compreendido entre a segunda guerra e os meados dos anos 70, e um período posterior, quando ocorre uma inovação, chamada por alguns especialistas de Terceira Revolução Tecnológica.

A análise desta mudança estrutural será um dos pré-requisitos para a melhor compreensão da de como ocorreu a interrupção do processo desenvolvimentista que caracterizou (no período 45/74) a economia daqueles países.

No período do pós-guerra a característica da difusão do progresso técnico para os países latino-americanos propiciou a estes um “campo de oportunidades” para o desenvolvimento de sistemas fabris com tecnologia similar aos países centrais.

A tecnologia difundida para o sistema tinha diversas características oriundas do desenvolvimento norte-americano. Segundo definição de Celso Furtado, este último teria sido:

“... marcado pelo fácil acesso a abundantes recursos naturais, pela concepção privatista da propriedade das fontes dos recursos não renováveis, pela organização de grandes empresas capacitadas para atuar num espaço continental, pela escassez relativa de mão-de-obra, elevados salários e padrões de consumo altamente diversificados”.⁷

⁷ Furtado, Celso. - Pequena Introdução ao Desenvolvimento - Editora Nacional - segunda edição . Página 143.

Pode-se dizer que ocorria a difusão do Fordismo, enquanto modelo tecnológico. Em meados dos anos 70, começa um processo de inovação com a inserção da micro-eletrônica em diversos segmentos produtivos. Esta mudança tecnológica, aliada à mundialização dos sistemas produtivos, com a produção de componentes do produto final em países diferentes, dificultou a assimilação destas tecnologias por parte dos países periféricos.

Exemplificando: um automóvel era produzido por uma empresa japonesa, com componentes fabricados em Taiwan e/ou Filipinas e o motor no Japão. Vê-se que as peças que demandam uma tecnologia mais elaborada permanecem sob o controle dos países que a detém.

A outra face desse novo padrão tecnológico é a crescente especialização da mão-de-obra e sua baixa elasticidade na criação de novos pontos de trabalho.

Vislumbra-se dois problemas para os países em desenvolvimento: Primeiramente, a forma de obter ou desenvolver novas tecnologias e, em segundo lugar, conciliar as novas tecnologias com a necessidade de criação de postos de trabalho, visando diminuir a desigualdade social e criar um poder de consumo interno que incentive o mercado nacional.

Organização Econômica Internacional

A organização econômica internacional, implementada no pós-guerra, efetuou uma integração dos mercados nacionais, notadamente dos países centrais, enquanto preservou as economias latino-americanas, cujos centros de decisão conseguiam preservar um mínimo de autonomia. No entanto, diversas transformações contribuiriam para restringir a autonomia decisória dos países em fase de desenvolvimento, diminuindo, de forma drástica, as oportunidades de mudanças necessárias para a inserção em condições favoráveis na economia mundial.

Pode-se destacar, entre elas, o endividamento externo, a diminuição do grau de autonomia em efetuar política econômica e a necessidade de novos mercados para as firmas centrais.

Para a compreensão de tal processo, faz-se necessário o acompanhamento das mudanças verificadas a partir do acordo de Bretton Woods.

Com efeito, no imediato pós-guerra, com a evidente tutela norte-americana sobre o sistema capitalista, os princípios econômicos estabelecidos naquela conferência entrariam rapidamente em funcionamento.

Analogamente ao período de hegemonia inglesa, o acordo de Bretton Woods funcionou baseado em taxas de câmbio fixas, desempenhando o dólar a função de moeda de trânsito internacional, com a capacidade de ser convertida

em ouro pela cotação de 35 dólares por “onça troy”. Até o final dos anos 50, os E.U.A., graças à produtividade de sua indústria que permanecera intacta durante o conflito mundial, era o único país em condições de fornecer, elasticamente, bens e equipamentos indispensáveis à reconstrução das nações arrasadas, o que gerou um superávit na sua balança comercial.

O período posterior ao segundo conflito mundial seria caracterizado por uma forte escassez de dólares no mercado mundial. No entanto, a recuperação das economias européias, aliada à sobrevalorização do dólar - que diminuía a competitividade externa norte-americana e, paralelamente, beneficiava os investimentos das empresas no exterior - debilitaria a solidez da balança de pagamentos dos E.U.A., concorrendo para o desgaste de sua posição hegemônica.

Ao ratificar tal tese, Celso Furtado comenta:

“A prolongada sobrevalorização do dólar - a partir da segunda guerra mundial até 1973 - não terá sido estranha ao desgaste da posição dos E.U.A. como centro principal. Para defender essa posição, teria sido necessário manter o nível de reservas e uma acumulação de ativos reprodutivos no exterior, capazes de colocar o dólar a salvo de qualquer ameaça, independentemente do nível da atividade econômica norte-americana. Cabe ao centro principal emitir a moeda que serve de reserva ao conjunto do sistema capitalista, prerrogativa que supõe

sólida. Sólida com respeito às modificações da conjuntura internacional, pois a política monetária do centro principal deve assegurar fluidez às correntes internacionais de capital a curto prazo”.⁸

Aliado ao debilitamento da balança de pagamentos dos E.U.A., deve-se frisar que outro fator comprometedor da posição norte-americana foi a montagem de um sistema de segurança global (que implicaria em altíssimos dispêndios com armamentos).

Os gastos militares levaram o governo norte-americano a aumentar a liquidez internacional, acumulando-se grande quantidade de dólares fora dos Estados Unidos.

De fato, segundo Celso Furtado:

“... os enormes gastos militares forçariam o governo de Washington a cobrir os desembolsos no exterior com emissões de papel-moeda de circulação internacional forçada, vale dizer, obrigando os bancos centrais de outros países a

⁸ Furtado, Celso. - Brasil: a Construção Interrompida - Editora Paz e Terra - segunda edição . Página 66

cumular excessivas reservas em dólares, as quais se transformaram em títulos da dívida pública do tesouro dos Estados Unidos”.⁹

As excessivas reservas de dólares no sistema financeiro internacional seriam intensificadas com a crise do petróleo de 1973, uma vez que as nações produtoras, incapazes de absorverem em investimentos nos seus territórios todo o volume gerado pelas exportações de óleo, aplicariam os enormes excedentes (os petrodólares) na rede bancária privada.

Ocorre o princípio da crise que assolaria os países latino-americanos, sempre às voltas coma escassez de recursos, que, inesperadamente, tiveram à sua disposição crédito abundante a taxas de juros muito baixas.

A crise da dívida dificultaria a adoção de uma política monetária e cambial autônoma, pois a economia dos países endividados estaria à mercê das flutuações das taxas de juros internacionais. Essa nova dependência gerou uma perda da autonomia nas decisões de política econômica de longo prazo, impedindo-se que fosse criada uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Ressalte-se ainda que o estrangulamento externo, criado pela crise da dívida e a paralela perda de autonomia na adoção de uma política cambial e

⁹ Furtado, Celso. -Brasil: a Construção Interrompida - Editora Paz e Terra - segunda edição . Página 67.

monetária que beneficiasse a continuidade do elevado crescimento no pós-guerra, retirou, dos países em crise, as condições que propiciariam a continuidade da formação do mercado interno.

Não se deve perder de vista que, dentro dessa conjuntura, houve um esforço das economias centrais para recuperarem seu equilíbrio externo, que fora abalado pelos choques do petróleo. Ocorreria, desta forma, uma clara atitude no sentido da liberalização das economias periféricas.

Transnacionalização

Juntamente com os dois itens apresentados anteriormente, as transnacionais viriam, numa primeira fase, atuar no sentido de intensificar o processo de substituição de importações. Não obstante, com a globalização dos sistemas produtivos, atrelados ao novo paradigma tecnológico, tal transnacionalização viria impedir a complementação do sistema econômico nacional ainda em formação.

Primeiramente, deve-se lembrar que a periferia utilizou a substituição de importações como modelo de desenvolvimento. Na opinião de Celso Furtado, esta

era “na realidade, um esforço de diversificação da estrutura produtiva demasiado grande para o nível de acumulação que podia ser alcançado”.¹⁰

Tal modelo industrial gerou duas características contraditórias: baixo coeficiente de comércio exterior, ou seja, grande autonomia produtiva e uma incapacidade relativa de competir nos mercados internacionais.

A penetração de transnacionais, que se intensificou principalmente nos anos 50, ajudou a ampliar o modelo de substituição de importações. No entanto, em uma fase posterior, o livre-cambismo e a livre transferência de recursos seriam privilegiados, uma vez que aquelas empresas tinham uma orientação global.

Celso Furtado caracteriza essas duas fases, do impacto das transformações na periferia, da seguinte forma:

“Numa primeira, as firmas centrais procuram participar da industrialização substitutiva de importações, consolidando posições já ocupadas anteriormente ou conquistando novas posições. As indústrias complementares das importações, pelo fato mesmo de que dependem de marcas de fábrica, de tecnologia e de insumos de difícil substituição adquiridos no exterior, funcional como cabeças de ponte para a penetração em maior profundidade das firmas centrais, que se

¹⁰ Furtado, Celso. - Pequena Introdução ao Desenvolvimento - Editora Nacional- segunda edição.

dispõem a cooperar no processo de fechamento da economia. Em uma segunda fase, essas firmas se empenharão em reabrir as economia periféricas, mediante a diversificação de suas exportações, no quadro de uma reconstrução sobre bases novas do sistema de divisão internacional do trabalho”.¹¹

Com a mundialização dos processo produtivos, através da produção de insumos em diversos países, gerando o bem final pela montagem em um outro país diverso, e a junção desses mesmos auferindo o bem final, verificou-se uma crescente participação do comércio intrafirmas no comércio internacional. Estas características opõem-se à formação das economias autônomas nacionais, como frisa Celso Furtado:

“Na lógica das empresas transnacionais, as relações externas, comerciais ou financeiras, são vistas, de preferência, como operações internas da empresa, e cerca da metade das transações do comércio internacional já são atualmente operações realizadas no âmbito interno das empresas. As decisões sobre o que importar e o que produzir localmente, onde completar o processo produtivo, a que mercados internos e externos se dirigir são tomadas no âmbito da empresa, que

¹¹ Furtado, Celso. - Pequena Introdução ao Desenvolvimento - Editora Nacional- segunda edição . Página 132.

tem sua própria balança de pagamentos externos e se financia onde melhor lhe convém".¹²

Portanto, no sistema produtivo assim estruturado sobra pouco espaço para a formação de um complexo industrial genuinamente nacional, detentor de tecnologia própria e capaz de impulsionar um desenvolvimento autônomo.

O Brasil e as Mudanças Estruturais

Analisadas as principais mudanças estruturais ocorridas no capitalismo mundial, deve-se examinar quais as conseqüências que as mesmas trouxeram para o Brasil.

Tem-se claro que, na segunda metade do século presente, o Brasil logrou intensificar um processo de industrialização, com grandes índices de crescimento, tendo como eixo de seu dinamismo a formação do mercado interno. Porém, as mudanças estruturais do capitalismo colocariam obstáculos à plena realização de nossa economia.

¹² **Furtado, Celso.** - Brasil: a Construção Interrompida - Editora Paz e Terra - segunda edição. Página 32

Esses percalços interromperam a construção de nossa economia e poderão conduzir a inviabilização de um projeto genuinamente nacional. Logo, é lícito trilhar tal percurso e examinar o verdadeiro campo de oportunidades de nossa economia.

Difusão do Progresso Técnico no Brasil

No período compreendido entre a segunda guerra mundial e o primeiro choque do petróleo, a tecnologia difundida no mundo, então pode ser assimilada pelo Brasil, principalmente pela instalação de empresas transnacionais, empenhadas no domínio do mercado interno. Porém, um novo padrão tecnológico surgiria (na década de 70) deixando o país que havia empenhado um grande esforço econômico para dominar o estágio anterior da tecnologia, incapaz de a assimilar.

Necessitava-se de vultosos recursos para criação dessa nova tecnologia, fator que os grandes conglomerados internacionais possuíam, mais que nossas empresas e nosso Estado não tinham condições de bancar. A falta de incorporação dessa nova tecnologia nos obrigaria a ter uma inserção no comércio internacional, fora de seu eixo mais dinâmico.

Deve-se ressaltar que este novo padrão tecnológico restringia a criação de novos postos de trabalho, intensificando os problemas sociais, que na economia brasileira eram tão latentes.

Essa mudança estrutural do capitalismo, diminui nosso campo de oportunidades, porém outras mudanças iriam ainda mais restringi-lo

Crise da Dívida e a Perda de Governabilidade

Na mesma década de setenta, quando surgiu uma inovação do padrão tecnológico, a relativa incapacidade de os Estados Unidos exercerem a sua função de centro principal abriria caminho para que o Brasil intensificasse seu endividamento externo, obrigando-o, na década posterior, a empreender um grande esforço de reestruturação visando alavancar recursos cambiais para o pagamento de tais débitos. Esta mudança, além de voltar todo parque industrial para o exterior visando arrecadar divisas, debilitou o controle, por parte do governo, de uma política cambial empenhada no desenvolvimento e consolidação do nosso mercado interno.

O Estado assumiria os encargos dessa dívida externa, processo conhecido com estatização da dívida, e perderia poder de exercer uma política econômica ativa para a construção de nosso mercado interno. Arelado a estes fatores, o Estado passaria a ampliar sua dívida interna.

Essa perda de governabilidade, no tocante a política econômica, significou um grande golpe a uma política de desenvolvimento nacional.

Transnacionais no Brasil

O tripé que fomentou a industrialização nacional, formado pelo capital privado nacional, internacional e o capital estatal, conseguiu transformar nossa economia em uma das mais industrializadas dos países periféricos.

O capital privado internacional ganhou impulso, principalmente, na década de cinquenta, devido a dois fatores especiais: a tecnologia dos produtos e a capacidade de conviver com deseconomias de escala, assumindo um papel de destaque na industrialização brasileira.

Nesta fase os países centrais começaram a empreender uma unificação de seus espaços econômicos, e as grandes empresas iniciavam uma estruturação global, enquanto o Brasil permanecia fechado tentando construir seu mercado interno.

Pode-se caracterizar a participação das empresas transnacionais, em duas etapas: uma primeira, na qual contribuíram com o modelo de Substituição de Importações, mantendo fechado o mercado interno, e uma fase posterior, onde pelo próprio caráter global, haveria uma busca por uma maior abertura da economia.

A década de oitenta, devido às mudanças estruturais já expostas e a crise econômica brasileira, haveria uma diminuição do nível de investimentos estrangeiros diretos no país. Atualmente, porém, pretende-se revitalizar o dinamismo da nossa economia com os investimentos das grandes empresas transnacionais. Todavia, a lógica dessas indústrias e o seu perfil tecnológico inviabilizam a formação de um complexo industrial nacional, com diminuição das disparidades sociais.

Conclusão

Reveladas as principais mudanças estruturais ocorridas no capitalismo, percebe-se que o campo de oportunidade para a plena realização de nossa economia diminuiu. A formação do mercado interno empreendida, principalmente da década de trinta aos meados de setenta, foi interrompida por tais mudanças, e a tentativa de integração dessa economia com a economia internacional, derivando seu dinamismo somente dos investimentos das transnacionais, poderá inviabilizar este enquanto projeto nacional.

Indagar se esta mudança de paradigma, interromperia a opção de completar a formação do nosso mercado interno é o que cabe verificar.

PARTE 3

Perda de Autonomia dos Estados Nacionais

As décadas que se seguiram à segunda guerra mundial, caracterizam-se pelo crescimento econômico, diminuição do desemprego e domínio da teoria Keynesiana.

Pode-se considerar este período como a "Era do Ouro", e os anos posteriores, ou seja, o período pós-73, como o "Desmoronamento".¹³

A era do "Desmoronamento" trouxe de volta a pobreza, o desemprego em massa e a instabilidade. O nível de desemprego, que na década de 60 era de 1,5%, chegou a 9,2% em 1980, atingindo 11% em 1993.

Os fatores mais relevantes para a explicação de tal crescimento são as novas tecnologias, oriundas da terceira revolução tecnológica, e a perda de autonomia dos Estados-nacionais em fazer política econômica.

As transformações estruturais do capitalismo iriam implodir a "era do ouro", trazendo perda de autonomia para os estados nacionais e a volta de uma nova ortodoxia liberal ao debate econômico.

¹³ Ver **Eric Hobsbawm** (1995), "Era dos Extremos- O breve século XX. (1914-1991)". Companhia das Letras, São Paulo-Sp, segunda edição.

Keynesianos X Neoliberais

As políticas implementadas durante a “Era do Ouro” marcadas pela hegemonia dos conceitos econômicos Keynesianos, voltados para o bem-estar social, através da interferência pública-estatal, foram perdendo vigor quando as mudanças estruturais se concretizaram.

Os Estados-nacionais que anteriormente poderiam exercer sua política econômica (monetária, cambiaria e fiscal) em prol do desenvolvimento nacional - como exemplo a obtenção do pleno emprego - foram perdendo autonomia para tomar decisões de âmbito puramente nacionais.

A paralisia dos centros nacionais de decisão, com a perda de eficácia do aparato econômico Keynesiano, abriu espaço para o ressurgimento da “teologia” liberal.

Os defensores do neoliberalismo propugnavam que os excessivos gastos públicos na manutenção de um estado de bem-estar social e em busca do pleno emprego, fragilizavam o controle da inflação , impedindo a maximização do potencial econômico. Ou seja, o Estado deveria reduzir-se e não interferir de modo “nefasto” na economia propiciando as condições necessárias para a sua otimização.

Através desta análise, a política econômica Keynesiana seria responsável pela fragilização da economia , sendo fonte de diversos malefícios.

Neoliberalismo na América-Latina

O neoliberalismo vem influenciando as políticas econômicas da América-Latina. O primeiro exemplo dessa influência se encontra no Chile, onde o regime econômico de Pinochet, claramente impregnado desse pensamento, levaria o país a uma grande crise de liquidez .¹⁴

O professor Milton Friedman sugeria como modelo para os países latino-americanos, a exemplo de Hong-Kong, uma “ancoragem” da moeda local a uma moeda forte, a exemplo de Hong-Kong cuja moeda estava atrelada à libra esterlina.

Porém, na impossibilidade da adoção de tal modelo, devido ao maior tamanho da economia, o professor diz que, deveria ser estabelecido um sistema de taxas de câmbio flutuante *vis-à-vis da moeda dominante*, ¹⁵ onde ocorreria a unificação dos preços internos aos externos, com a conseqüente estabilização destas economias.

¹⁴ Ver **Maria da Conceição Tavares** (1993) . “Desajuste Global e Modernização Conservadora”. Paz e Terra , São Paulo- Sp, primeira edição

¹⁵**Furtado, Celso**- . “Transnacionalização e Monetarismo”. página215.

Adotado tal modelo, haveria uma neutralização dos centros nacionais de decisão pela impossibilidade de efetuar política econômica, estando “o crescimento econômico do país na estrita dependência da iniciativa das grandes empresas que atuam no plano transnacional.”¹⁶

Desarticulação do Sistema Econômico Nacional

A economia transnacional trouxe diminuição do grau de governabilidade dos principais instrumentos de política econômica. Além disso, poderá trazer num país como o Brasil, que não completou a formação do seu mercado nacional, um processo de desarticulação de seu sistema econômico pela “regionalização dos interesses políticos”.¹⁷

A idéia de Estado-Nação , que preponderou no longo processo de formação dos sistemas econômicos nacionais ao longo da história , perde ímpeto com as atividades supranacionais.

¹⁶ Furtado , Celso - “Brasil: a Construção Interrompida”. Segunda ediçãoPágina 35.

¹⁷ Furtado, Celso - “Brasil : a Construção Interrompida”. Segunda edição. Página 33

Com o enfraquecimento desta instituição, a dimensão “ política dos cálculos econômicos” deixa de ter sentido, restando a “rigidez da lógica econômica”.¹⁸ Ou seja, a busca do bem-estar coletivo passa a não influenciar os frios critérios das decisões econômicas.

Através dessa análise deve-se frisar que as conseqüências sociais da economia transnacional são nefastas. Mais o que se pode dizer desse processo na economia brasileira , cujo mercado interno ainda está em formação?

A pretensa integração da economia nacional com a economia internacional, tendo como base do dinamismo econômico a vinda de empresas transnacionais, demonstra pela própria lógica de atuação dessas empresas, que se pretende mudar o eixo motriz de nossa economia.

O mercado interno a partir de 1929 foi o fator indutor do crescimento nacional, perderia espaço para a integração internacional. Nesse processo, a integração das diversas economias regionais perde força.

A diminuição da interdependência entre as diversas regiões gerará interesses políticos diferentes, fator que induz a atritos.

Celso Furtado coloca uma passagem no seu livro, a “Brasil: a Construção Interrompida”, reforçando esta tese:

¹⁸ Furtado, Celso - “Brasil: a Construção Interrompida”. Segunda edição. Página 31

“Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de revalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional”.¹⁹

A continuidade do modelo que está sendo implantado interromperá a construção de nosso sistema econômico nacional, liquidando o projeto de desenvolvimento do nosso mercado interno.

Conclusão

O Brasil formou uma estrutura industrial diversificada e, paralelamente, tentou integrar o seu mercado interno.

As mudanças estruturais do capitalismo e o ressurgimento das idéias liberais, influenciando fortemente o ideário nacional, mudaram a motivação a

¹⁹ Furtado, Celso - “Brasil: a Construção Interrompida”. Segunda edição. Editora Paz e Terra. Página 35.

lógica interna econômica da integração do mercado interno para a integração internacional.

Esta interrupção da formação de um sistema econômico nacional, poderá levar o país à secção, pela existência de interesses divergente

Deve-se verificar se a grande opção histórica que nossa formação econômica propiciou, será anulada em favor da integração internacional, perdendo-se a essência de um Estado-nação chamado Brasil.

BIBLIOGRAFIA

FURTADO, Celso- O Mito do Desenvolvimento Econômico. Editora Paz e Terra- Rio de Janeiro-RJ, segunda edição, 1975.

_____ - Prefácio a Nova Economia Política. Editora Paz e Terra- Rio de Janeiro-Rj, segunda edição, 1977.

_____ - Pequena Introdução ao Desenvolvimento - um enfoque Interdisciplinar. Editora Nacional - São Paulo-SP, segunda edição, 1981.

_____ - Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise. Editora Paz e Terra- Rio de Janeiro- RJ, primeira edição, 1984.

_____ - Brasil: a Construção Interrompida - Editora Paz e Terra - Rio de Janeiro -RJ, segunda edição, 1992.

_____ - Transformação e Crise na Economia Mundial- Editora Paz e Terra - Rio de Janeiro- Rj, segunda edição, 1992.